

O LIXÃO QUE VIROU PARQUE: A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DA LIBERDADE EM ANÁPOLIS-GO.

THE DUMP THAT BECAME A PARK: THE IMPLEMENTATION OF PARQUE DA LIBERDADE IN ANÁPOLIS-GO.

Renato de Melo Gonçalves Graduado em Geografia Instituição: UEG – campus Anápolis de Ciências

Socioeconômicas e Humanas Endereço: Anápolis, Goiás Brasil E-mail: renatoministeriopessoal@gmail.com

Milena D’Ayala Valva Doutora em Projeto, Espaço e Cultura Instituição: UEG - CÂMPUS CENTRAL - SEDE: ANÁPOLIS –

CET, Anápolis, Goiás, Brasil E-mail: milena.valva@ueg.br

Vandervilson Alves Carneiro Doutor em Geografia e Docente do Mestrado em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás (Cidade de Goiás, GO), e-mail: vandervilson.carneiro@ueg.

Resumo: Este estudo aborda a implantação do Parque da Liberdade, localizado no fundo de vale do Córrego Catingueiro em Anápolis-GO, como uma intervenção urbana voltada à requalificação socioambiental de uma área vulnerável. Problematisa a efetividade do parque enquanto instrumento de inclusão social, melhorias ambientais e acesso público, partindo do pressuposto de que, apesar das melhorias físicas e estruturais, ainda há limitações na integração social e na participação comunitária. O objetivo geral foi avaliar os impactos socioambientais da intervenção e o grau de acesso da população aos benefícios gerados, constatando que, embora tenham ocorrido avanços visuais e na infraestrutura – como pistas de caminhada, áreas verdes e equipamentos de lazer –, persistem dificuldades relacionadas à segurança, manutenção e baixa apropriação social do espaço. Os resultados mostram que o parque transformou uma área degradada em espaço de convivência, promovendo melhorias na paisagem urbana e na qualidade de vida local, mas suas potencialidades ainda são limitadas pela insuficiente integração com os bairros vizinhos e pela gestão precária. Assim, embora tenha contribuído para a requalificação, a intervenção demanda uma gestão mais participativa e contínua para garantir benefícios sociais duradouros e uma efetiva inclusão da comunidade.

Palavras-chave: Requalificação socioambiental, Participação comunitária, Planejamento urbano.

Abstract: This study addresses the implementation of the Parque da Liberdade, located in the valley floor of the Córrego Catingueiro in Anápolis-GO, as an urban intervention aimed at socio-environmental requalification of a vulnerable area. It questions the effectiveness of the park as a tool for social inclusion, environmental improvements, and public access, based on the assumption that, despite physical and structural enhancements, there are still limitations in social integration and community participation. The overall goal was to assess the socio-environmental impacts of the intervention and the degree of population access to the benefits generated. The findings indicate that, although visual improvements and infrastructure development have occurred—such as walking paths, green areas, and leisure facilities—difficulties related to safety, maintenance, and low social appropriation of the space persist. The results show that the park transformed a degraded area into a space for coexistence, promoting improvements in the urban landscape and local quality of life. However, its potential remains limited by insufficient integration with neighboring neighborhoods and poor management. Thus, although it contributed to requalification, the intervention requires more participatory and ongoing management to ensure lasting social benefits and effective community inclusion.

Keywords: Socio-environmental requalification, Community participation, Urban planning.

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira, marcada por processos desiguais de ocupação e uso do solo, revela uma série de desafios relacionados à requalificação socioambiental dos espaços urbanos e ao acesso equitativo aos benefícios gerados pela urbanização. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo o Parque da Liberdade, implantado no fundo de vale do Córrego Catingueiro, no setor oeste da cidade de Anápolis-GO, entre os anos de 2012 e 2024.

A criação de parques urbanos em áreas complexas, que envolvem dimensões ambientais, urbanísticas e sociais, representa uma ação significativa tanto no espaço quanto na vida cotidiana das comunidades locais. O estudo das transformações em áreas urbanas que passam por esse tipo de intervenção exige uma análise que contemple diferentes escalas de conhecimento. Assim, a pesquisa adota como recorte territorial esse espaço urbano, considerado uma área de vulnerabilidade socioambiental, e busca compreender os impactos e os desdobramentos da intervenção pública realizada nesse local.

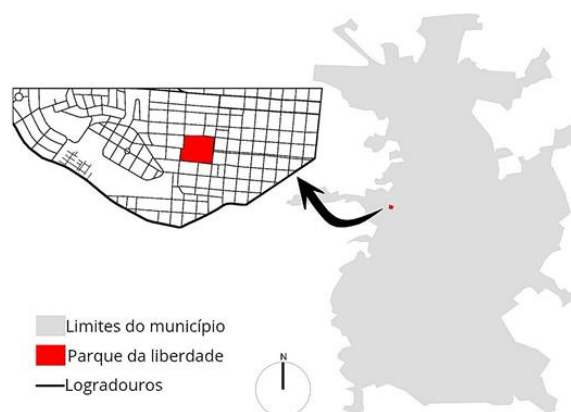
A problematização central gira em torno da efetividade do parque enquanto instrumento de requalificação ambiental e de ampliação do acesso da população local aos espaços públicos urbanos. Serpa (2007, p. 37) ressalta a natureza democrática dos parques como espaços públicos, afirmando que "[...] O parque é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários". Dessa forma, os parques urbanos podem atuar como elementos de integração em cidades marcadas pela descontinuidade espacial, conectando áreas periféricas e centrais, ao mesmo tempo em que promovem maior equidade no acesso a espaços de lazer e convivência. "Parques são espaços livres abertos e de uso comum destinados ao lazer, tais estes espaços são cobiçados dentro das áreas urbanas, pois correspondem a lugares fundamentais nas dinâmicas socioespaciais que repercutem na dimensão cotidiano da população" (FAQUIM et al., 2024, p. 1).

Lefebvre (2001) ressalta que a questão urbana está profundamente conectada ao processo de industrialização, considerado um dos principais motor das recentes transformações sociais. Esse fenômeno promoveu o crescimento acelerado das cidades, exigindo planejamento urbano e gerando novas demandas culturais e de lazer. Além de remodelar a infraestrutura física, a industrialização alterou dinâmicas sociais, econômicas e culturais, redefinindo relações de trabalho, consumo e modos de vida. Desse modo, seu impacto não

se limitou à reorganização espacial, mas influenciou diretamente as interações e vivências nos espaços urbanos. Segundo Alves e Castro (2019), a revitalização de áreas degradadas e abandonadas na cidade de Anápolis, transformou antigos espaços de vulnerabilidade ambiental e descartes de lixo em parques e praças, como o Parque Ipiranga, o Parque da Liberdade. Esses projetos, além de melhorar a estética urbana, proporcionaram novas opções de lazer e bem-estar para a população, evidenciando como intervenções urbanas podem contribuir para a requalificação socioambiental e a mitigação de desigualdades urbanas.

Esse debate insere-se em uma ampla discussão teórica sobre justiça socioespacial, planejamento urbano e sustentabilidade, à luz de autores como Campos (2020), Tonucci Filho (2015), Lefebvre (2001), Alves e Castro (2019), Serpa (2007), Faquim et al. (2024) Santos (2017), Luz (2009), entre outros. A escolha do objeto justifica-se pela relevância da análise crítica de políticas urbanas voltadas à recuperação de fundos de vale e à produção de espaços públicos em áreas periféricas. O objetivo geral é avaliar as repercussões socioambientais da implantação do Parque da Liberdade, no fundo de vale do Córrego Catingueiro, na região oeste da cidade de Anápolis, (Figura 01) bem como analisar o acesso da população local aos benefícios gerados por essa intervenção. Parte-se da hipótese de que, embora o parque tenha promovido melhorias visuais e estruturais, ele ainda apresenta limitações quanto à inclusão social e à participação efetiva da comunidade nos processos de decisão e uso do espaço.

Imagem 01- Croqui de localização do Parque da Liberdade no Município de Anápolis



Fonte: Gabriela Gomes dos Reis (2025)

PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem interdisciplinar, integrando aspectos físicos, ambientais e sociais, com base qualitativa e aporte descritivo-interpretativo. Foram articuladas técnicas metodológicas como levantamento bibliográfico, análise documental e observações de campo. O mapeamento teórico inicial fundamentou-se em autores que discutem os impactos socioambientais e o planejamento urbano, como Ferrarezi e Francisco (2014), Santos (2017), Costa (2015), Adorno (2015) e Luz (2009), oferecendo suporte conceitual à análise e à delimitação do enfoque investigativo. Na sequência, foram coletados documentos públicos relacionados à implantação do Parque da Liberdade, incluindo projetos técnicos, leis municipais, relatórios institucionais e matérias jornalísticas de fontes oficiais e da imprensa local. Para a análise territorial, utilizou-se o recurso digital Google Earth Pro, com o objetivo de identificar transformações espaciais e padrões de ocupação no entorno do parque entre 2012 e 2024, a partir de imagens de satélite. As observações de campo ocorreram em quatro visitas presenciais entre agosto e dezembro de 2024, com duração média de duas horas cada, durante as quais foram registradas informações sobre o uso do espaço, perfil dos frequentadores, infraestrutura, acessibilidade e integração com o tecido urbano. Os registros foram realizados por meio de fotografias e anotações em diário de campo, com ênfase na leitura crítica dos aspectos socioespaciais do local. O método adotado, sem o uso de entrevistas ou testes estatísticos, privilegiou uma leitura interpretativa da paisagem urbana, baseada na experiência direta no território e na articulação entre dados empíricos, fontes documentais e referencial teórico. Não foram identificados erros processuais ao longo da execução. A triangulação metodológica conferiu maior solidez à análise das repercussões socioambientais do Parque da Liberdade, especialmente quanto à infraestrutura implantada, às condições de acesso e à apropriação do espaço pelos moradores do entorno.

RESULTADOS

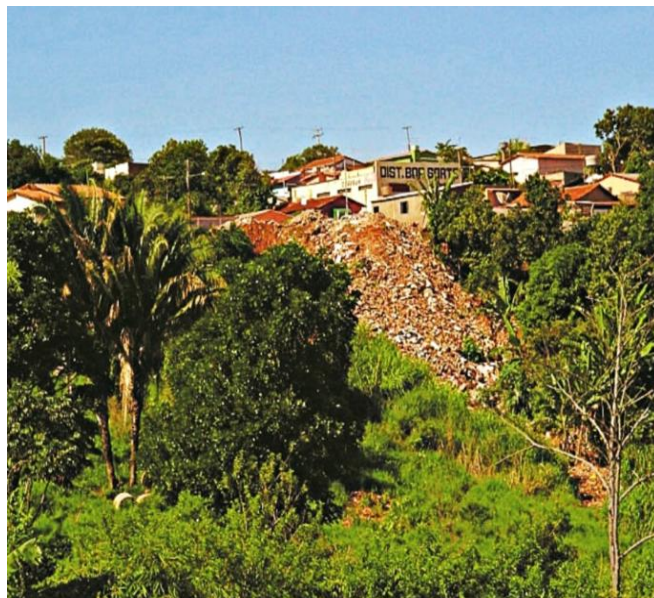
Os resultados da pesquisa revelam que a implantação do Parque da Liberdade promoveu alterações significativas na paisagem urbana do fundo de vale do Córrego Catingueiro, especialmente no que se refere à infraestrutura física, à acessibilidade e ao uso do

espaço público. A Figura 02 e 03, registrada pelo Revista *Planeta Água* (2012), mostra a área antes do processo de requalificação, evidenciando a presença de entulhos, lixo e degradação ambiental nas imediações.

Inaugurado em 2012, na gestão do prefeito, Antônio Gomide do partido dos trabalhadores PT, o Parque da Liberdade foi implantado em uma área próximo ao centro de Anápolis área anteriormente degradada, marcada por nascentes da microbacia do Córrego Catingueiro, importante afluente do Ribeirão João Leite (PLANETA, 2024). A transformação do lixão em parque urbano resultou em uma nova configuração espacial, com o estabelecimento de caminhos pavimentados, áreas verdes, equipamentos de lazer e estruturas de contenção e drenagem, promovendo maior funcionalidade e integração com o entorno urbano.

A observação sistemática e a análise de registros de campos e fotográficos permitiram identificar que o parque passou a ser utilizado cotidianamente por moradores das proximidades, principalmente para lazer e prática de atividades físicas tanto como festa comemorativa chá de revelação piquenique entre outros. Essa apropriação do espaço, ainda que limitada pela ausência de manutenção adequada e pela carência de alguns equipamentos urbanos, evidencia um avanço em termos de requalificação socioambiental. No entanto, também foram constatadas limitações quanto à presença de infraestrutura de segurança, sinalização e iluminação, aspectos que comprometem, em parte, o pleno usufruto do espaço por diferentes segmentos da população.

Imagem 02- Área utilizada para descarte de entulhos e lixo antes do processo de regualificação.



Fonte: Revista Planeta (2012)

Imagem 03- área de descartes de entulhos na região oeste da Cidade Anápolis -GO.



Fonte: Resista Planeta (2012)

O Parque da Liberdade representa um marco na política ambiental de Anápolis, ao transformar uma área antes degradada e usada como depósito de lixo em um espaço estruturado para lazer, contemplação e preservação ambiental. Com cerca de 25 mil metros quadrados, o parque foi equipado com pista de caminhada, lago, deck de madeira, playground, estações de ginástica e áreas de convivência, tornando-se um símbolo de valorização urbana e proteção das nascentes do Córrego Catingueiro, promovendo melhorias na qualidade de vida da população (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2012).

A política ambiental de Anápolis tem priorizado a recuperação de áreas de preservação e a criação de espaços públicos voltados ao lazer e à qualidade de vida, como demonstram a implantação dos parques Liberdade, Ipiranga e José Crispim Ramos. Além disso, a gestão municipal tem investido em programas de proteção de áreas verdes e na revitalização de praças, promovendo o uso sustentável do espaço urbano e reforçando o orgulho da população em relação ao patrimônio ambiental da cidade (CONTEXTO, 2012).

Como se observa, a implantação do Parque da Liberdade, ainda em 2012, promoveu uma requalificação socioambiental expressiva, marcando uma mudança significativa no uso e na percepção do espaço urbano. A área passou a atrair frequentadores para atividades recreativas, práticas de exercícios físicos e momentos de convivência social, evidenciando seu papel como espaço público de integração e bem-estar coletivo. (Figuras 05 e 06) ilustram essa transformação, revelando a valorização

paisagística e o novo protagonismo do local na dinâmica urbana de Anápolis.

Imagem 04 – Área revitalizada após a implantação do Parque da Liberdade, com destaque para a pista de caminhada, área de lazer infantil e iluminação pública.



Fonte: Revista planeta (2012)

Essa transformação está alinhada com o que, Adorno (2015) e Costa (2015) destaca como essencial em políticas urbanas voltadas à valorização de áreas periféricas e à recuperação ambiental de fundos de vale. Além disso, conforme Ferrarezi e Francisco (2014), a apropriação do espaço urbano pelos moradores depende diretamente da presença de infraestrutura adequada e da oferta de equipamentos públicos que favoreçam o uso coletivo e a sociabilidade. Durante as visitas de campo realizadas, foi constatada uma presença moderada de usuários, sobretudo nos finais de semana, com a identificação de práticas de lazer, convivência e atividades físicas ao ar livre. No entanto, também foram observados pontos com alto grau de vulnerabilidade (Figuras 03) e ausência de segurança permanente. Além disso, verificou-se uma baixa integração do parque com os bairros vizinhos, em razão da insegurança no seu entorno. A análise documental apontou que a implantação do parque gerou avanços físicos pontuais, mas com impactos limitados, revelando falhas estruturais que dificultam sua apropriação coletiva e pleno acesso pela população local.

urbanas, exigindo políticas integradas que considerem também aspectos sociais, culturais e de pertencimento comunitário.

Nesse sentido, ainda que a implantação do Parque da Liberdade represente um avanço relevante dentro da política ambiental de Anápolis, ela também revela contradições comuns ao contexto urbano brasileiro, em que transformações físicas nem sempre se traduzem em benefícios sociais duradouros. A permanência dessas conquistas depende, sobretudo, de uma gestão pública comprometida com práticas participativas, com a equidade e com a continuidade das ações iniciadas.

Por fim, recomenda-se que futuras investigações ampliem o olhar sobre o tema, incorporando a escuta ativa da população, analisando a relação entre uso do solo e mobilidade urbana, e investigando os mecanismos institucionais que regulam a gestão dos espaços públicos. É igualmente importante avaliar os efeitos de longo prazo dessas intervenções, verificando se elas promovem processos contínuos de melhoria urbana ou se acabam por reforçar padrões de desigualdade preexistentes.

CONCLUSÕES

O estudo evidenciou que a implantação do Parque da Liberdade resultou em melhorias estruturais importantes, mas com impactos sociais limitados. A pesquisa contribui para o entendimento crítico das intervenções urbanas em áreas periféricas e reforça a necessidade de projetos integrados, com participação comunitária efetiva. Esses achados abrem possibilidades para investigações futuras sobre governança urbana, apropriação dos espaços públicos e sustentabilidade socioambiental em contextos semelhantes.

A experiência analisada reforça a importância de se considerar a complexidade do território e das relações sociais que o constituem, especialmente em áreas historicamente negligenciadas pelo poder público. O caso também evidencia que a simples implementação de equipamentos urbanos, por mais bem planejados que sejam, não garante por si só o fortalecimento dos vínculos entre espaço e comunidade. A eficácia de ações urbanísticas está diretamente relacionada ao modo como elas dialogam com os cotidianos, demandas e expectativas dos moradores locais.

Além disso, a pesquisa chama atenção para o papel estratégico da manutenção contínua, da gestão participativa e da escuta ativa da população nos processos de requalificação urbana. Conclui-se que para projetos como implantação do Parque da Liberdade cumpram plenamente sua função social, é fundamental que sejam acompanhados por políticas públicas duradouras, sensíveis às desigualdades e

compromissadas com a construção de cidades mais justas, acessíveis e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

Ao PPGTECCER/UEG, pela concessão da bolsa de mestrado para um dos autores do trabalho. A aluna de Iniciação Científica Gabriela Gomes dos Reis pelo apoio com a produção de croquis.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Maria Luísa Gomes. *Das nascentes às vertentes: políticas públicas e participação popular em estudo no Rio das Antas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, Juliana Costa; ITO, Ana Paula Nishimoto; CARNEIRO, Vandervilson Alves; DRUCIAKI, Vinícius Polzin. Conceito de parque urbano aplicado ao longo do córrego Ipiranga na cidade de Anápolis, Goiás, Brasil: contradições e discussões. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 22, n. 1, p. 154-168, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v22n1.442>. Acesso em: 2 out. 2024.

CONTEXTO. Anápolis ganha mais um cartão postal. *Contexto*, Anápolis, 29 dez. 2012. Disponível em: <https://portalcontexto.com/anapolis-ganha-mais-um-cartao-postal/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

COSTA, Geraldo Magela. *Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanência, transcendências e convergências*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FAQUIM, Alexandre da Mata et al. Parques urbanos em Anápolis (GO): entre a valorização imobiliária e a função social nos espaços públicos. *Revista Área*, v. 6, n. 2, p. 1–15, 2024.

FERRAREZI, Arlete Maria; FRANCISCO, Andressa Mastroldi. Ocupação urbana da bacia do Córrego do Veado em Presidente Prudente, SP. *Revista Cidades Verdes*, Tupã, 2014.

LUZ, J. S. A *(re)produção do espaço de Anápolis/GO: trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles (1970–2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo José Gomes de. *Atividade física em parques urbanos de Anápolis e sua relação com as áreas verdes: um estudo observacional*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente,

Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, Anápolis-GO, 2019.

PLANETA, Redação. Liberdade: o lixão que virou parque. *Planeta Água*, 26 maio 2012. Disponível em: <https://www.revistaplanetaagua.com/.planetaredacao.com.br/liberdade-o-lixão-que-virou-parque>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Kesia Rodrigues dos. *As relações entre o sítio natural e a urbanização na produção dos riscos*

ambientais: as inundações na cidade de Anápolis. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SERPA, Angelo. *O espaço público: na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *O direito à cidade na urbanização planetária ou: Henri Lefebvre por uma nova cidade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.